

Medidas são rigorosas, mas válidas

Henrique Nehrer
Thielmann

Os dados apurados no mês de setembro, aliados a fatos de grande importância acontecidos nos últimos dias, faz prever que os resultados a serem obtidos até o fim do ano permitirão não só o fechamento do balanço de pagamentos, como também poderá dar suporte econômico ao governo, para que unido à expectativa gerada por pesquisas internas, onde espera-se um resultado positivo em termos eleitorais, possa fazer o tão propalado e esperado reajuste da economia.

A necessidade de resultados, em termos de performance nos últimos quatro meses do ano, é imprescindível para transmitir aos diversos setores produtivos um grau de confiança maior, que se tornarão aliados das atitudes a serem tomadas por esses próprios setores, o que será fator de realimentação do processo de recuperação.

Campanhas intersetoriais de contenção de preços deverão continuar, como forma de estar dando um respaldo privado às atividades governamentais, que em contrapartida se envolve no controle cada vez maior dos gastos das estatais, evitando-se estouros orçamentários e, em consequência, obrigatoriedade do governo em cobrir as posições daquelas estatais.

Tomadas de decisões na área de crédito externo, vinculando a sua captação a facilidades da aplicação dos recursos em títulos da dívida pública, com cláusula de variação cambial, permitirão uma maior confiança das empresas no governo, no que se refere a especulação de uma má desvalorização do cruzeiro, ainda mais se for observada a taxa de correção cambial que vem sendo aplicada, e, os espaços de tempo decorridos entre uma desvalorização e outra.

Por outro lado, ao se vincular as importações à existência de financiamento externo, em valores superiores a 100 mil dólares, permitirá via obrigatoriedade, a abertura de mais um canal que viabiliza a entrada de novos recursos.

Na medida que os valores captados no exterior forem aplicados naqueles títulos não pressionarão a base monetária, o que para o governo é importante, bem como gerará uma maior liquidez no mercado, permitindo uma queda nas taxas de aplicação no open market, pela injeção desses recursos.

Se tudo isso é bom porque não foi feito há mais tempo?

O ideal é que as leis de mercado funcionem sempre, independendo de qual seja o produto em pauta, enquanto na medida que existam problemas que possam afetar o desempenho desse mercado, fatores impulsionadores de negócios devem ser acionados, como forma de transmitir tranquilidade e provocar um aquecimento nos meios, sem que o sejam de formas especulativas.

Aliado a essas atitudes internas, fatos externos têm provocado uma melhora gradativa das posições brasileiras, visto a identificação perfeita de que o Brasil possa estar se transformando no ponto de equilíbrio entre a recomposição monetário internacional e a sua falência.

Quando o Secretário do Tesouro Americano, Donald Regan, transmite de viva voz a necessidade dos bancos de não cortarem o fluxo de recursos para o Brasil, e quando os Estados Unidos se propõe a abrir linha especial de crédito ao Fundo Monetário Internacional, como forma indireta de avaliar diversas operações do sistema monetário internacional e a sua falência.

A expectativa agora se transfere para 15 de novembro, onde o programa de recuperação política do País vai sendo levado avante, a trancos e a barrancos, política essa necessária para manter firme nas relações internacionais a mostra de crescimento e maturidade do País.

Internamente, a importância maior se faz, em paralelo com a política salarial, uma queda nas tensões sociais, permitindo que a população venha através de seu voto escolher aqueles que possam representar o seu pensamento, e que seja permitido a cobrança de resultados em função das promessas que vêm sendo oferecidas ao longo dos tempos.

Portanto, as expectativas e ansiedades contínuas e contínuas a existir, como forma de pressionar o desenvolvimento dos trabalhos, com seriedade e perseverança, com muita juventude, sem, no entanto, os tempos de dificuldades que certamente ainda virão, mas que poderão ser vencidos.

Augusto Martins
é consultor
Economista do
Jornal de Brasília